

**XII Congresso Brasileiro
de História Econômica**

**13^a Conferência Internacional
de História de Empresas**

**Niterói,
28, 29 e 30 de agosto
de 2017**

Micro-produção na Bahia colonial- 1760-1808

Maria José Rapassi Mascarenhas



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Micro-produção na Bahia colonial- 1760-1808

Maria José Rapassi Mascarenhas¹

Resumo

A terra formava uma das bases produtivas do sistema colonial da América portuguesa e um dos fundamentos da riqueza das pessoas, em particular. Além de possuir valor econômico de produção e acumulação de riqueza, possuía valor de qualificação e distinção social. Um grande número de pessoas vivia de atividades vinculadas à terra, desde o grande proprietário até o dono ou foreiro de uma pequena roça. É nosso propósito mostrar como a roça, micro unidade produtiva, embora não originasse considerável riqueza, dava suporte material e sustento à muitos moradores da Salvador colonial. Delas muitos extraíam inteiramente ou parte dos rendimentos para a sobrevivência. Os inventários *post mortem* dos moradores de Salvador, principal corpo documental deste trabalho, evidenciam um número alto de famílias possuidoras de roça, a maioria situadas em torno da cidade do Salvador ou em áreas próximas.

Palavras chaves: Roça; terra; produção; riqueza; "mor qualidade".

Abstract

The land had formed one of the productive bases of the colonial system in Portuguese America and also, particularly, one of the foundations of people's wealth. The land besides showing values of economical production and of wealth accumulation, it represented a value of qualification and social distinction. A large number of people lived from land related activities from the big landowner to the owner or "foreiro" of small farm. It is our purpose to show how the "roça", micro productive unit, though not generating a substantial wealth, gave the material support and livelihood to many inhabitants of the colonial Salvador. From those micro unities people extracted entirely or part of their income for survival. The *post mortem* inventories of Salvador inhabitants, which is the main documental *corpus* of this work, show a great number of small land families owners, most of them in areas surrounding or close to Salvador.

Keywords: Micro productive unit; land; production; wealth; "mor qualidade".

¹ Professora na UFBA.

A terra formava uma das bases produtivas do sistema colonial da América portuguesa e um dos fundamentos da riqueza das pessoas, em particular. A terra, além de possuir valor econômico de produção e acumulação de riqueza, possuía valor de qualificação social, de distinção, honra e prestígio. Era um bem necessário para pertencer ao grupo de "mor qualidade". Nesse sentido possuir terra tornou-se aspiração senão de todos, pelo menos de boa parte dos moradores da colônia. Esta premissa ou fato é inerente à lógica da economia e sociedade mercantilista da época moderna e ao mesmo tempo do Antigo Regime. Na Bahia do século XVIII imperava essa lógica, nela mesclavam-se duas formas de sociedade e de riqueza: uma, cosmopolita mercantil que valorizava o lucro e outra, fidalga, onde prevalecia a busca do *status*, do prestígio e da honra. Esta era a linha estruturante ou, parafraseando o historiador português Antonio Sérgio, era o fio invisível e interior que unia todas as peças ou partes que formavam o edifício das economias e sociedade do Brasil colonial (SÉRGIO, 1972, p. 1). Um grande número de pessoas vivia de atividades vinculadas à terra, desde o grande proprietário rural até o dono de uma pequena roça. É nosso propósito mostrar como a roça, micro unidade produtiva, embora não originasse considerável riqueza, dava suporte material e sustento à muitos moradores da Salvador colonial.

Terra e escravos, estas duas unidades, equivaliam à base produtiva e à base da riqueza da colônia e das pessoas, em particular.

Dentre os elementos que expressavam a riqueza produtiva e de acumulação, na Bahia da segunda metade do século XVIII e início do XIX, a terra, sem dúvida era o principal. Nos bens dos inventários compulsados, as propriedades rurais apresentavam os maiores valores, excedendo, na maioria dos casos, o valor dos escravos. Em um montante de vinte e dois engenhos compulsados, vinte apresentaram o valor da terra bem mais alto que o valor dos escravos.

Um índice importante para medir o padrão de riqueza-terra, era o valor pecuniário da propriedade territorial. São raras as pesquisas sobre esse assunto no período colonial da Bahia. Rae Flory, em sua tese de Doutorado, estudou o valor da propriedade de engenhos na Bahia entre 1684 e 1712, porém, preocupou-se muito mais com a variação e a dinâmica dos preços, do que com os elementos determinantes do valor da terra (FLORY, 1978, p. 64). Assim, como padrão de riqueza consideramos a terra produtiva cultivada. O tipo de solo, de cultivo, e a localização eram fatos indicadores de seu valor, isto é, este variava para mais ou para menos de acordo com a qualidade do solo, as possibilidades de plantio dos gêneros mais valiosos do ponto de vista mercantil, bem como, o local, onde

se situava a propriedade, próximo ou distante de recursos naturais como os rios e mares. E, evidentemente, da qualidade do solo dependia o bom rendimento da produção. A terra com qualidades de solo próprias para o cultivo da cana valia muito mais que aquela com qualidades de solo próprias para outros cultivos como a mandioca, pastos para o gado e outros

Como padrão de riqueza há que se considerar, não apenas a terra e suas possibilidades produtivas. A terra, investimento inicial de grande porte, era condição essencial para viabilizar a produção, mas juntamente com os escravos. A terra, o escravo e o engenho: a trilogia, formando o mais importante conjunto produtivo da colônia. Contudo, não só os engenhos e fazendas de gado, cana, fumo ou algodão compunham o tecido econômico colonial, no conjunto das unidades produtivas, os pequenos cultivos ou micro produções, como as roças, completavam esse conjunto.

Roças

Os inventários de 1760 a 1808, evidenciam um grande número de indivíduos vivendo de atividades vinculadas à terra, desde o grande proprietário até o dono de pequena roça de mantimentos ou frutas, computou-se, num universo de 322 inventariados, mais de cem ligados a alguma atividade agrária. Embora, elas não originassem considerável riqueza, davam o suporte e o sustento daqueles que promoviam a riqueza e delas muitos tiravam inteiramente, ou uma boa parcela, de rendimentos para a sua sobrevivência. Geralmente as roças complementavam o rendimento de outras atividades do indivíduo ou da família, ou então, consistiam no principal rendimento, complementado por outros.

O termo roça, em geral, significava a cultura, não a propriedade da terra. A documentação estudada mostra que os cultivadores de roça plantavam em terra própria, foreira e arrendada, contudo, a maior parte não era proprietária de terra, cultivava em chão foreiro, pagando foros anuais ou sazonais aos donos da terra. Por exemplo, Francisca Ferreira da Silva, inventariada em 1806, moradora do Cabula e possuidora de um montemor de 1:519\$000, casada com um capitão mor, fabricante de farinha de mandioca era foreira de 2 roças: uma situada na estrada do Saboeiro, em terras de Antonio Mendes Barreto, com várias árvores de espinho, de laranjas de umbigo, vários pés de coqueiros novos e mandiocas quase todas novas no valor de 250\$000. Ali havia uma roda de ralar

mandioca e alguidar de fazer farinha, prensa e ferramentas para o serviço da roça. A outra roça localizava-se no Cabula em terras foreiras à "Excelentíssima Marquesa de Niza" com arvoredo de espinho, mangueiras, laranjeiras, coqueiros e jaqueiras, pagava de foro anualmente \$110 e foi avaliada em 1:200\$000.

No universo de trezentos e vinte dois inventários, encontramos mais de setenta famílias possuidoras de roça, a maioria delas situadas em torno da cidade do Salvador ou em áreas próximas. Algumas praticamente dentro da cidade, como é o exemplo de Pedro Paulo Xavier Dubrá, inventariado em 1805 com um monte-mor de 2:700\$000. Entre seus bens constavam uma roça produtora de coco, sem registro de seu valor, localizada nos currais velhos de Nossa Senhora da Piedade em chãos foreiros ao recolhimento São Raimundo e um escravo do serviço da roça. Essa micro unidade produtiva estava presente em quase todos segmentos da hierarquia social colonial, do mais rico ao mais pobre, como podemos ver no mapa dos níveis de riqueza, expressos através dos monte-mores dos inventariados de 1760 a 1808, a seguir expostos:

Tabela 1	Níveis de Monte-mores	número de roças
1	De 304:000\$000 a 235:000\$000	2
2	De 37:700\$000 a 35:000\$000	3
3	De 26:700\$000 a 20:300\$000	2
4	De 19:600\$000 a 10:100\$000	10
5	De 9:200\$000 a 5:200\$000	7
6	De 4:900\$000 a 2:000\$000	21
7	De 1:800\$000 a 1:100\$000	16
8	De 980\$000 a 320\$000	10

Fontes: Inventários post-mortem de Salvador, 1760-1808. Arquivo Público do Estado da Bahia- APEB.

Embora este quadro mostre a presença de roças em todas as faixas sociais, a grande maioria dos indivíduos que compunham as faixas superiores não possuía roças, a maior concentração se dava nas faixas mais baixas a partir de 9:200\$000, sobretudo a partir do nível 6 entre 4:900\$000 e 320\$000. A quase totalidade dos cultivadores eram donos de uma roça, somente cinco ultrapassavam esse número, três possuíam duas, um possuía três e outro quatro roças. Antonio da Costa Araújo com um monte-mor de 3:000\$000, solteiro, morador da Freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, fabricante de farinha de mandioca, era proprietário de quatro roças de mandiocas: uma ao pé do rio

Casange no valor de 4\$000, uma mais adiante valendo 8\$000 e mais duas nos valores de 50\$000 e 25\$000 respectivamente.

Os valores destas unidades de produção variavam entre 10\$000, cifra mais baixa e 2:600\$000, cifra mais alta. Nos documentos compulsados não há registros de suas extensões. O quadro abaixo expõe valores e quantidades de roças de 1760 a 1808.

Tabela 2 Faixas de valores das roças Quantidade

1	10\$000	a	50\$000	17
2	51\$000	a	100\$000	6
3	101\$000	a	200\$000	5
4	201\$000	a	400\$000	6
5	401\$000	a	600\$000	9
6	601\$000	a	800\$000	4
7	801\$000	a	1:000\$000	3
8	1:001\$000	a	1:500\$000	5
9	1:501\$000	a	2:000\$000	0
10	2:000\$000	a	3:000\$000	1
11	Não consta valor			14

Fontes: Inventários post-mortem de Salvador, 1760-1808. Arquivo Público do Estado da Bahia- APEB.

De acordo com o quadro acima o maior número dessas micro unidades de cultivo situava-se nas faixas de valores menores, mais precisamente constam 43 roças, além da metade, entre a primeira faixa de 10\$000 a 50\$000 e a quinta de 401\$000 a 600\$000. No topo dos valores só aparece uma e nas faixas médias constam sete roças. A de menor valor pertencia a Antonio Vieira da Costa, inventariado em 1806, com montemor de 1:700\$000, residia na Ribeira dos Navios de Itapagipe na Freguesia de Nossa Senhora da Penha, era foreiro de uma roça em terras de Dona Leonor Aragão, situada na Freguesia de Nossa Senhora da Penha, pagava foro anual de 1\$600. Ali cultivava coqueiros e laranjeiras. A roça de maior valor era propriedade de Caetano Maurício Machado com montemor de 19:600\$000. Morava no Largo da Praça (provavelmente próximo onde hoje é o Terreiro de Jesus). Portava o título de coronel, era comerciante, traficante e lidava com carregação marítima. Em sua roça de terras próprias, localizada na Estrada de Nossa Senhora da Vitória, plantava mangueiras, jaqueiras, cajueiros e coqueiros. Este quadro

indica que boa parcela das roças serviam de meio de auto-abastecimento de alimentos das famílias cultivadoras de Salvador e também à população da cidade em geral.

Os dados expostos atrás demonstram ainda que a pequena e micro propriedades, mais propriamente, o micro cultivo, não foram inteiramente excluídos do processo de colonização. Conforme Vera Ferlini “a racionalidade do capital mercantil, geratriz do escravismo (...), criava, na mesma dinâmica, empecilhos para o aproveitamento da terra fora de suas determinações”. Todavia, essas formas de produção não foram totalmente excluídas e ainda segundo a mesma autora:

não se tratava de impedir a pequena propriedade em si, mas de impedir a pequena propriedade desvinculada do processo de produção hegemônico, dominado pelo capital mercantil. Tradicionalmente a implantação da estrutura fundiária brasileira tem sido explicada pela necessidade de, através da grande propriedade, controlar-se a produção em larga escala para o mercado europeu (...) a análise da estrutura fundiária do Nordeste açucareiro aponta, porém, uma realidade interessante: o latifúndio, entendido como propriedade única de engenho e lavouras, tendia a ser uma ficção jurídica, embora fosse uma realidade econômica. Pois, em torno do engenho, articulava-se uma miríade de pequenos produtores de cana, de lavradores de roça, moradores e agregados que o abasteciam (FERLINI, 1996, p. 25).

Os pequenos e micro produtores operavam não só em torno dos engenhos, mas também nas cercanias de Salvador e provavelmente de outras cidades com populações significativas.

Pelo que pudemos observar nas informações dos inventários, as roças distinguiam-se, principalmente, quanto à produção de mantimentos para a subsistência familiar, isto é, produzia-se para uso próprio e quanto à produção para se vender no mercado local com objetivo de obter rendimento pecuniário. Semelhante distinção foi feita por Alice Canabrava em relação à pequena produção em São Paulo no século XVIII, dividindo-a em lavoura de auto-subsistência que corresponde ao auto-consumo e a da subsistência propriamente dita, cujos excedentes mínimos se vendiam nos aglomerados próximos (CANABRAVA, 1974, p.360-366).

É importante observar que uma outra atividade dos donos de roça, que aparece com frequência nos inventários, era a do micro comércio realizado pelos seus escravos ganhadores. Possivelmente, utilizavam seus escravos para vender os gêneros produzidos em suas roças. É o caso de Josefa Feliciano do Paraíso, residente na Rua dos Ossos na Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, dona de um monte-mor de 4:120\$000, obtinha rendimento de aluguel, fabricava farinha, era proprietária de 11 escravos, sendo

6 escravas ganhadeiras e tinha duas roças. Uma delas sita na rua do Cabula em chãos foreiros à Marquesa de Niza, pagava de foro anual mil réis e cultivava arvoredos de espinhos, jaqueiras, mangueiras, coqueiros avaliada em 820\$000. A outra em terras foreiras ao sargento mor Dionísio Lourenço Marques, com sua casa de vivenda e com seis senzalas uma delas servia de casa de fazer farinha com sua roda e alguidar pagava de foro anual 16\$000. Possuía 11 escravos, sendo 6 escravas ganhadeiras e plantava arvoredos de espinhos, mandioca, coqueiros, mangueiras, tudo no valor de 680\$000.

Podemos, ainda, diferenciar essas unidades produtivas quanto aos cultivos exclusivos e mistos. Das roças plantadas somente com um gênero, encontrou-se doze de mandioca, três de canas e duas com coqueiral. O mais comum era a roça mista com dois, três e até quatro plantações diferentes. Associava-se principalmente mandioca e gado, mandioca e frutas, mandioca e milho, mandioca e algodão, mandioca e coqueiro, o dendezeiro e roças de frutas variadas. Não é possível apresentar, de forma precisa, o número e a variedade desses pequenos cultivos, visto que um bom número de inventários não especificou os gêneros plantados, mas sem dúvida, dos mantimentos, a mandioca era o mais importante, pois, o seu subproduto, a farinha, constituía um dos alimentos básicos da colônia. Daí ser o gênero agrícola mais cultivado nessas roças, tanto como plantação exclusiva, quanto acompanhada de uma ou mais culturas. Geralmente os cultivadores de mandioca fabricavam também a farinha. Esta substituiu a farinha de trigo, produto tradicional dos portugueses.

Brandônio, no início do século XVII, considerou a lavoura a quinta riqueza da colônia, e dela destacou, em primeiro lugar, os mantimentos de que se sustentavam os moradores do Brasil, “dos quais os principais e melhores são três, e destes ocupa o primeiro lugar a mandioca”, da qual se fazia a “farinha de páo”, “um excelente mantimento, e tal que se lhe pode atribuir meritamente o segundo lugar depois do trigo”. Um alqueire era “bastante para sustentar a um homem por espaço de um mês, e valduzentos e cincoenta réis e a trezeñtos, e às vezes é mais barata, segundo a falta ou abundância que há dela”. Segundo ele, todos se alimentavam de farinha de mandioca, havia um tipo de farinha “mais regalada, de que usa a gente nobre e mimosa, por ser de muito bom gosto” (BRANDÔNIO, 1966, p. 175,179,180)

Apontou, como segundo mantimento, o arroz “que nesta província se produz em muita abundância a custa de pouco trabalho; mas os seus moradores (...) plantam muito

pouco”. Nos inventários pesquisados não há referência sobre o arroz. E o terceiro, o milho, “é mantimento mui proveitoso para sustentação dos escravos de Guiné e índios”².

Vilhena, da mesma forma, apresentou a mandioca como a “base fundamental” em que se “apoiava a subsistência no Brasil”, principalmente as Capitanias do Norte. Era o pão que alimentava todos os habitantes, naturais e estrangeiros (VILHENA, 1969, p. 200).

Contabilizamos 15 famílias tendo a roça como única atividade, a maioria dos donos dessas micro produções exerciam outras atividades tendo mais de um rendimento, que, por ordem, provinham de: comércio de loja aberta, negócio de carregaçãõ (nessas duas atividades encontramos 15 indivíduos), fazendas variadas, aluguel de casas, pesca, manufaturas, construção civil, funcionários de estado e comércio de madeiras. Portanto, do micro cultivo muitos extraíam inteiramente ou parte dos rendimentos para a sobrevivência. Tanto eram fontes do único ou do principal rendimento, como também podiam ser fonte complementar de outras atividades de um indivíduo ou de uma família.

O número considerável de roças existentes nos inventários evidencia o prestígio da terra, sendo esta considerada um bem de nobilitação pela sociedade da época, todos, ou pelo menos a maioria, aspirava possuir um pedaço de terra. A aspiração pela terra perpassava todos os grupos sociais. Assim, fica patente que o interesse pela terra além do seu valor econômico por ser um fator de produção e possibilitar subsistência para uns e rendimento familiar de altos, médios e pequenos valores para outros, enfim, acumulação de riqueza, buscava-se nela também valor de qualificação social, de distinção, honra e prestígio. Um outro ponto importante a destacar, tudo indica que começava a crescer o valor mercantil da terra.

Fontes Manuscritas

Inventários Post-Mortem, Salvador, 1760-1808. Arquivo Público do Estado da Bahia-APEB.

Fontes Impressas

BRANDÔNIO. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 2º ed. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia do Século XVIII*. Salvador: Itapoã, 1969.

Referências Bibliográficas

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas
Micro-produção na Bahia colonial- 1760-1808**

CANABRAVA, Alice P. Decadência e riqueza. *Revista de História*. São Paulo. n° 100, out/dez, 1974, p.360-366.

FERILINI, Vera. *Pobres do açúcar: estrutura produtiva e relações de poder no Nordeste colonial*. In: História Econômica do Período Colonial. Org. Tamás Szmerecsány. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996.

Rae Jean Dell Flory. *Bahia Society in the Mid-Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchantes, and Artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Tese P.h.D. University of Texas at Austin, 1978, mimeo.

SÉRGIO, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1972.